



A Influência dos Laudos Médicos na Prática Pedagógica: Entre a Medicalização e a Valorização das Potencialidades na Educação Especial

The Influence of Medical Reports on Pedagogical Practice: Between Medicalization and the Appreciation of Potentialities in Special Education

Marina Helena dos Santos Vieira

Resumo: A educação inclusiva tem como princípio fundamental garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades. Nesse contexto, os laudos médicos têm assumido um papel relevante na organização das práticas pedagógicas, sendo frequentemente utilizados como referência para a compreensão das dificuldades de aprendizagem. No entanto, o uso acrítico desses documentos pode contribuir para processos de estigmatização e para a limitação das potencialidades dos alunos. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência dos laudos médicos na prática pedagógica no âmbito da educação especial, discutindo de que forma esses documentos podem impactar o desenvolvimento dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva e a medicalização da educação. Os resultados apontam que, embora os laudos possam auxiliar na identificação de necessidades específicas, seu uso inadequado pode reforçar práticas excludentes. Conclui-se que é necessário ressignificar o papel desses documentos, priorizando práticas pedagógicas centradas nas potencialidades dos alunos.

Palavras-chave: medicalização da educação; estigmatização; inclusão vs. integração; potencialidades vs. déficit.

Abstract: Inclusive education is fundamentally based on ensuring access, permanence, and learning opportunities for all students while respecting their individual characteristics. In this context, medical reports have assumed a relevant role in the organization of pedagogical practices, frequently being used as references for understanding learning difficulties. However, the uncritical use of these documents may contribute to stigmatization processes and limit students' potential. This study aims to analyze the influence of medical reports on pedagogical practice within the context of special education, discussing how these documents may impact students' development. This is a qualitative bibliographic study grounded in authors who discuss inclusive education and the medicalization of education. The results indicate that, although medical reports may assist in identifying specific needs, their inappropriate use can reinforce exclusionary practices. It is concluded that it is necessary to redefine the role of these documents by prioritizing pedagogical practices centered on students' potentialities.

Keywords: medicalization of education; stigmatization; inclusion vs. integration; potentialities vs. deficit.

INTRODUÇÃO

A educação especial, no contexto da educação inclusiva, tem como princípio fundamental garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades. No entanto, observa-se que, no cotidiano escolar, os laudos médicos têm assumido um papel central na definição das práticas pedagógicas, muitas vezes sendo utilizados como principal referência para compreender o processo de aprendizagem dos alunos. Embora esses documentos possam contribuir para o reconhecimento de necessidades específicas, seu uso acrítico pode reforçar processos de estigmatização e limitar as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes, ao enfatizar suas dificuldades em detrimento de suas potencialidades.

Nesse cenário, a escola, enquanto espaço formativo, corre o risco de reduzir o sujeito à sua condição diagnóstica, distanciando-se de uma perspectiva pedagógica que valorize a mediação, a interação e o desenvolvimento, conforme discutido por Lev Vygotsky, e de uma educação humanizadora, defendida por Paulo Freire. Assim, torna-se necessário problematizar o lugar que os laudos ocupam na prática docente e suas implicações no processo educativo.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a influência dos laudos médicos nas práticas pedagógicas no âmbito da educação especial, discutindo de que maneira esses documentos podem contribuir tanto para a compreensão das necessidades dos estudantes quanto para a limitação de suas possibilidades de aprendizagem. A partir dessa perspectiva, busca-se responder à seguinte questão norteadora: de que forma o uso dos laudos médicos na escola impacta a construção das práticas pedagógicas e pode favorecer processos de estigmatização ou, alternativamente, a valorização das potencialidades dos alunos?

DESENVOLVIMENTO

Educação Especial e Inclusão

A educação especial, no contexto da educação inclusiva, deve ser compreendida como parte integrante do sistema educacional e não como um subsistema separado. Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência foi estruturado a partir de práticas segregadoras, nas quais o acesso à escola regular era restrito ou inexistente. Esse modelo, baseado na lógica da exclusão, começou a ser questionado a partir do final do século XX, especialmente com a consolidação de movimentos internacionais e nacionais em defesa do direito à educação para todos.

No Brasil, esse avanço se materializa em marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão, que reafirma a educação como direito fundamental e estabelece a obrigatoriedade de oferta de condições adequadas para o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência. No entanto, é importante destacar

que a garantia legal não implica, automaticamente, a transformação das práticas escolares, o que evidencia a distância entre o discurso normativo e a realidade educacional.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 19) destaca que: “A inclusão escolar implica uma mudança de paradigma educacional, que exige que a escola se reorganize para atender a todos os alunos, sem exceção.”. Essa afirmação é central para compreender que a inclusão não se limita à matrícula do estudante na escola regular, mas exige uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas, da organização curricular e da cultura escolar. A escola inclusiva, portanto, não pode ser aquela que apenas “acolhe” o aluno, mas sim aquela que se transforma para garantir sua participação efetiva.

Essa transformação implica romper com a lógica da homogeneização do ensino, historicamente baseada em um modelo único de aprendizagem. Ao contrário, a diversidade deve ser compreendida como elemento constitutivo do processo educativo. Nesse ponto, a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky contribui de forma significativa para a compreensão do desenvolvimento humano. Segundo Lev Vygotsky (1997, p. 97): “O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando o indivíduo interage com pessoas em seu ambiente”.

Essa concepção desloca o foco do indivíduo isolado para as relações sociais, destacando o papel da mediação pedagógica como elemento central da aprendizagem. Em outras palavras, o desenvolvimento não é um processo puramente individual, mas resultado da interação entre sujeitos e contexto.

Nesse sentido, a educação inclusiva não pode ser reduzida à adaptação do aluno ao currículo existente, mas deve envolver a reorganização das práticas pedagógicas para possibilitar múltiplas formas de aprendizagem. Isso significa reconhecer que os estudantes aprendem de maneiras diferentes e em ritmos distintos, o que exige flexibilização e intencionalidade pedagógica.

Entretanto, apesar desses avanços teóricos, ainda se observa no cotidiano escolar uma forte resistência à mudança. Muitas práticas permanecem baseadas em concepções tradicionais de ensino, centradas na transmissão de conteúdos e na padronização do desempenho. Essa realidade revela que a inclusão ainda é, em muitos contextos, mais um princípio normativo do que uma prática efetivamente consolidada.

Além disso, a implementação da educação inclusiva frequentemente esbarra em desafios estruturais, como formação docente insuficiente, falta de recursos pedagógicos e condições de trabalho precárias. Esses fatores contribuem para que a responsabilidade pela aprendizagem seja, muitas vezes, deslocada para o estudante, especialmente quando há presença de laudos médicos ou diagnósticos.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender que a inclusão não é apenas uma questão de acesso físico à escola, mas envolve uma mudança de paradigma educacional. Trata-se de reconhecer que todos os estudantes são capazes de aprender, desde que sejam oferecidas condições adequadas de ensino e aprendizagem.

MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A medicalização da educação constitui um fenômeno contemporâneo que se caracteriza pela tendência de interpretar dificuldades de aprendizagem, comportamento e desenvolvimento escolar a partir de uma lógica estritamente clínica. Nesse processo, questões que possuem origem pedagógica, social ou institucional passam a ser compreendidas como problemas individuais, frequentemente associados a diagnósticos médicos.

Esse movimento não é recente, mas se intensifica nas últimas décadas com a ampliação do acesso a diagnósticos e com a crescente valorização dos saberes biomédicos no contexto escolar. Assim, condições como dificuldades de atenção, ritmo de aprendizagem diferenciado ou comportamentos considerados “inadequados” passam a ser rapidamente enquadradas em categorias diagnósticas.

Nesse sentido, a análise de Michel Foucault (1975) é fundamental para compreender esse processo. O autor destaca que: “O poder não se exerce apenas pela repressão, mas pela produção de saberes que classificam e normatizam os indivíduos” (Foucault, 1975, p. 27).

Essa perspectiva permite compreender que o diagnóstico não é apenas um instrumento neutro de identificação, mas também um mecanismo de produção de verdades sobre os sujeitos, que define formas de ser, agir e aprender consideradas “normais” ou “desviantes”.

No contexto educacional, essa lógica se materializa quando a escola passa a depender excessivamente de laudos médicos para justificar dificuldades de aprendizagem. Em vez de analisar criticamente suas práticas pedagógicas, a instituição tende a atribuir ao estudante a responsabilidade pelo não aprendizado. Esse deslocamento de responsabilidade é um dos efeitos mais importantes da medicalização.

Collares e Moysés (1996, p. 14) são enfáticos ao afirmar: “A medicalização da educação transforma problemas escolares em doenças do indivíduo, deslocando a responsabilidade do sistema educacional para o aluno.”. Essa perspectiva evidencia que a medicalização não é apenas um fenômeno clínico, mas também político e institucional, pois interfere diretamente na forma como a escola compreende o fracasso escolar.

Além disso, a medicalização contribui para a construção de uma cultura de rotulação, na qual o estudante passa a ser identificado prioritariamente por seu diagnóstico. Essa identificação tende a produzir efeitos pedagógicos significativos, como a redução das expectativas docentes, a simplificação das atividades propostas e a limitação das oportunidades de aprendizagem.

Em muitos casos, o laudo médico, que deveria funcionar como um instrumento de apoio ao planejamento pedagógico, passa a ocupar uma posição central na definição das práticas educativas. Isso pode levar à naturalização da ideia de que determinados estudantes “não conseguem aprender”, reforçando visões deterministas e excludentes.

Outro aspecto relevante diz respeito à influência da medicalização na formação docente. Professores, muitas vezes sem formação específica em educação especial, acabam recorrendo ao diagnóstico como forma de orientar suas práticas. Isso pode gerar uma dependência excessiva do laudo, em detrimento de uma análise pedagógica mais ampla e contextualizada.

É importante destacar que a crítica à medicalização não implica a negação da existência de condições clínicas ou de diagnósticos. Pelo contrário, trata-se de questionar o uso reducionista desses diagnósticos no ambiente escolar, especialmente quando eles se tornam o principal critério de organização do trabalho pedagógico.

Assim, o desafio posto à educação contemporânea não é eliminar os saberes médicos do contexto escolar, mas ressignificar sua função. O diagnóstico deve ser compreendido como um elemento complementar, que auxilia na compreensão do estudante, mas que não pode substituir a análise pedagógica nem limitar as possibilidades de aprendizagem.

Dessa forma, a superação da lógica medicalizante exige uma mudança de perspectiva na escola, que deve passar a compreender as dificuldades de aprendizagem como fenômenos complexos, atravessados por múltiplos fatores. Isso inclui aspectos pedagógicos, sociais, econômicos e culturais, que não podem ser reduzidos a explicações individuais.

Portanto, a medicalização da educação representa um desafio central para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, pois interfere diretamente na forma como os sujeitos são compreendidos e nas possibilidades que lhes são oferecidas no processo de ensino e aprendizagem.

Impactos dos Laudos Médicos na Prática Pedagógica

Os laudos médicos ocupam, na atualidade, um papel cada vez mais central no cotidiano das instituições escolares, especialmente no campo da educação especial. Embora sua função original seja oferecer informações clínicas que possam auxiliar no acompanhamento de condições específicas dos estudantes, observa-se que, no contexto escolar, esses documentos frequentemente extrapolam sua função diagnóstica e passam a orientar diretamente as práticas pedagógicas.

Esse deslocamento gera implicações importantes, pois o laudo, quando utilizado de forma acrítica, pode se transformar em um marcador determinante da expectativa docente em relação ao aluno. Em muitos casos, o diagnóstico passa a anteceder o olhar pedagógico, ou seja, antes mesmo da observação das capacidades do estudante, já existe uma interpretação mediada pelo laudo.

Nesse sentido, Paulo Freire (1996, p. 25) afirma: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”.

Essa afirmação é fundamental para compreender que a prática pedagógica deve estar ancorada na crença na capacidade de aprendizagem do sujeito, independentemente de diagnósticos prévios.

No entanto, quando o laudo assume uma posição central, essa crença pode ser substituída por expectativas reduzidas ou por uma antecipação do insucesso escolar.

Além disso, os laudos podem influenciar diretamente a organização das atividades pedagógicas. Em muitos contextos escolares, estudantes com diagnósticos semelhantes recebem intervenções padronizadas, independentemente de suas particularidades individuais. Isso ocorre porque o diagnóstico passa a funcionar como principal critério de organização do ensino, em detrimento de uma avaliação pedagógica contínua e contextualizada.

Mantoan (2003, p. 47) alerta para esse risco ao afirmar: “A escola tende a reforçar os estigmas quando organiza suas práticas a partir de categorias rígidas de normalidade e deficiência.” Essa organização baseada em categorias pode levar à simplificação das expectativas de aprendizagem, resultando em propostas pedagógicas menos desafiadoras e, conseqüentemente, menos promotoras de desenvolvimento.

Outro impacto relevante diz respeito à construção da identidade escolar do estudante. Quando o aluno é constantemente identificado por seu diagnóstico, há uma tendência de que sua subjetividade seja reduzida à condição clínica. Esse processo pode afetar não apenas sua participação nas atividades escolares, mas também sua autoestima e seu pertencimento ao ambiente educativo.

Além disso, o uso acrítico dos laudos pode contribuir para a naturalização do fracasso escolar. Em vez de investigar as condições pedagógicas que podem estar dificultando a aprendizagem, a escola pode atribuir tais dificuldades exclusivamente ao estudante, reforçando uma lógica individualizante.

É importante destacar que esse processo não ocorre de forma intencional ou consciente na maioria dos casos. Muitas vezes, professores recorrem ao laudo como forma de buscar orientações diante das dificuldades encontradas no cotidiano escolar. No entanto, a ausência de formação específica em educação especial e a falta de suporte institucional adequado podem levar a interpretações simplificadas desses documentos.

Dessa forma, o laudo, que deveria ser um instrumento de apoio ao planejamento pedagógico, acaba sendo utilizado como um limite para a ação docente. Em vez de ampliar possibilidades, ele pode restringir o olhar do professor sobre o potencial do estudante.

Outro ponto relevante é que a centralidade do diagnóstico pode reduzir a autonomia docente, uma vez que o planejamento passa a ser fortemente condicionado por orientações externas à prática pedagógica. Isso pode enfraquecer a capacidade do professor de analisar, interpretar e intervir de forma crítica no processo de aprendizagem.

Contudo, é fundamental ressaltar que o problema não reside no laudo em si, mas na forma como ele é interpretado e utilizado no contexto escolar. Quando compreendido como um instrumento complementar, ele pode contribuir para a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes.

Portanto, o desafio da educação inclusiva consiste em deslocar o foco do diagnóstico para o processo de aprendizagem, valorizando a observação pedagógica, a mediação docente e a análise das potencialidades dos alunos. Isso implica reconhecer que o desenvolvimento não é determinado exclusivamente por condições clínicas, mas resulta da interação entre sujeito, contexto e práticas educativas.

Potencialidades e Práticas Inclusivas

A superação da lógica medicalizante e das práticas pedagógicas baseadas exclusivamente em diagnósticos exige uma mudança profunda de perspectiva no campo educacional. Nesse sentido, a educação inclusiva não pode ser compreendida apenas como a presença física do estudante com deficiência na escola regular, mas como a construção de condições efetivas de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

Essa mudança implica deslocar o foco do déficit para as potencialidades dos estudantes, reconhecendo que todos possuem capacidades de aprendizagem, desde que sejam oferecidas mediações adequadas. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o desenvolvimento é fixo ou determinado exclusivamente por condições biológicas, reafirmando o caráter social do processo educativo.

Nesse contexto, Lev Vygotsky (1997, p. 97) é fundamental ao afirmar: “O que a criança consegue fazer hoje com ajuda, conseguirá fazer sozinha amanhã.”. Essa ideia fundamenta o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que evidencia o papel central da mediação pedagógica no processo de aprendizagem. Ou seja, o desenvolvimento não depende apenas do que o estudante já sabe fazer sozinho, mas principalmente do que ele pode alcançar com apoio de outro sujeito mais experiente.

Essa concepção desloca radicalmente a lógica tradicional de ensino, que tende a classificar os estudantes com base no que “não sabem fazer”, para uma perspectiva que valoriza o que podem vir a realizar com apoio pedagógico adequado.

Nesse sentido, Paulo Freire (1996, p. 32) complementa essa reflexão ao afirmar: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. A coragem mencionada por Freire está relacionada à superação de práticas educativas excludentes e à construção de uma postura docente que acredita no potencial dos estudantes, mesmo diante de dificuldades significativas.

As práticas inclusivas, portanto, exigem uma reorganização do trabalho pedagógico, que deve considerar a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem. Isso envolve a flexibilização curricular, a diversificação de estratégias didáticas e a utilização de múltiplas formas de avaliação.

Além disso, a inclusão pressupõe uma mudança na cultura escolar, que precisa abandonar a lógica da padronização e da homogeneização. A escola tradicional tende a organizar o ensino a partir de um “aluno ideal”, que aprende no mesmo ritmo e da mesma forma que os demais. No entanto, a realidade da sala de aula é marcada pela diversidade, o que exige práticas pedagógicas mais abertas e flexíveis.

Mantoan (2003, p. 55) reforça essa ideia ao afirmar: “Incluir não é adaptar o aluno à escola, mas transformar a escola para todos.”. Essa transformação envolve não apenas mudanças metodológicas, mas também uma revisão das concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. O professor passa a desempenhar um papel de mediador, que observa, escuta e intervém de forma intencional para favorecer o desenvolvimento de cada estudante.

Outro aspecto fundamental das práticas inclusivas é o reconhecimento da singularidade dos sujeitos. Isso significa compreender que não existe uma única forma de aprender, mas múltiplos caminhos possíveis. Nesse sentido, estratégias como o uso de recursos visuais, tecnológicos, atividades colaborativas e abordagens multisensoriais tornam-se fundamentais para garantir o acesso ao conhecimento.

Além disso, a valorização das potencialidades implica também repensar o papel da avaliação. Em vez de funcionar como instrumento de classificação, a avaliação deve ser entendida como processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, permitindo ajustes nas estratégias pedagógicas.

É importante destacar que práticas inclusivas não significam ausência de desafios ou dificuldades, mas sim a construção de caminhos pedagógicos que possibilitem a participação de todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Dessa forma, a inclusão se configura como um processo dinâmico e contínuo, que exige formação docente, compromisso institucional e mudança de paradigma educacional. Não se trata de uma ação isolada, mas de uma reorganização estrutural da escola.

Portanto, a valorização das potencialidades dos estudantes representa não apenas uma alternativa pedagógica, mas uma posição ética diante da educação. Trata-se de reconhecer o aluno como sujeito ativo, capaz de aprender, participar e se desenvolver em interação com o meio social e educacional.

Formação Docente e o Uso Crítico dos Laudos Médicos

A discussão sobre a influência dos laudos médicos na prática pedagógica não pode ser compreendida de forma isolada, sem considerar as condições de formação e atuação dos professores. A maneira como esses documentos são utilizados no cotidiano escolar está diretamente relacionada à formação inicial docente, às condições de trabalho e à ausência de suporte pedagógico especializado. Nesse sentido, a análise da formação docente torna-se fundamental para compreender por que, em muitos contextos, o laudo assume um papel central na organização do ensino.

A formação inicial de professores, em muitos cursos de licenciatura, ainda apresenta limitações no que se refere ao aprofundamento das discussões sobre educação especial e inclusão. Embora o tema esteja presente nos currículos, muitas vezes ele aparece de forma teórica e desarticulada da prática pedagógica. Isso contribui para que o professor ingresse na escola sem instrumentos suficientes para lidar com a diversidade presente na sala de aula.

Nesse cenário, o laudo médico acaba sendo utilizado como um recurso de orientação imediata, funcionando como uma espécie de “guia pedagógico” para o planejamento das atividades. No entanto, essa prática pode ser problemática, pois transfere para o diagnóstico uma função que deveria ser da análise pedagógica. Em vez de observar o estudante em seu processo de aprendizagem, o professor passa a organizar suas ações a partir de categorias pré-estabelecidas pelo laudo.

Essa situação revela uma fragilidade na articulação entre teoria e prática na formação docente. Quando o professor não se sente preparado para lidar com a diversidade, ele tende a buscar respostas prontas em documentos externos, o que pode reforçar uma visão reducionista do processo educativo.

Além disso, as condições concretas de trabalho nas escolas também influenciam diretamente esse cenário. Turmas numerosas, falta de recursos pedagógicos, ausência de profissionais de apoio e sobrecarga de trabalho são fatores que dificultam uma prática pedagógica mais individualizada e reflexiva. Diante dessas limitações, o laudo pode ser interpretado como uma forma rápida de compreender o estudante, mesmo que de maneira simplificada.

No entanto, essa utilização acrítica do diagnóstico pode comprometer a autonomia docente, uma vez que o planejamento passa a ser fortemente influenciado por informações clínicas, em detrimento da observação pedagógica. Isso contribui para a consolidação de práticas padronizadas, que nem sempre consideram as singularidades dos alunos.

Nesse contexto, torna-se fundamental repensar o papel da formação continuada dos professores. A formação docente precisa ir além da transmissão de conteúdos teóricos e promover uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica, especialmente no que diz respeito à inclusão. É necessário que os professores tenham espaços formativos que possibilitem a análise de casos reais, a troca de experiências e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diversificadas.

A formação docente é essencial para compreender o uso dos laudos médicos na prática pedagógica e seus impactos na educação inclusiva. Paulo Freire (1996, p. 39) destaca que a formação permanente exige a análise crítica da própria prática, evidenciando o professor como sujeito reflexivo e não apenas executor de orientações externas.

Nessa perspectiva, o uso dos laudos médicos deve ser compreendido de forma crítica e contextualizada, e não como determinante do processo pedagógico. A partir da visão de Lev Vygotsky (1997), o desenvolvimento do aluno ocorre nas interações e mediações escolares, o que reforça a necessidade de articular conhecimento clínico e pedagógico, mantendo o foco nas potencialidades dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidenciou que os laudos médicos, embora possam contribuir para a compreensão das necessidades dos estudantes,

têm sido frequentemente utilizados de forma inadequada no contexto escolar, reforçando processos de estigmatização e limitando as práticas pedagógicas. Ao assumir uma posição central na definição das estratégias de ensino, esses documentos podem reduzir o aluno à sua condição diagnóstica, desconsiderando suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, a medicalização da educação configura-se como um obstáculo à efetivação da educação inclusiva, na medida em que desloca o foco das práticas pedagógicas para o diagnóstico, enfraquecendo o papel da escola como espaço de mediação e aprendizagem. Tal perspectiva contraria os princípios defendidos por autores como Lev Vygotsky (1997) e Paulo Freire (1996), que enfatizam a importância da interação, da mediação e da valorização do sujeito no processo educativo.

Dessa forma, torna-se fundamental promover uma ressignificação do uso dos laudos médicos na escola, compreendendo-os como instrumentos complementares, e não determinantes. A prática pedagógica deve estar orientada pela valorização das potencialidades dos estudantes, pela flexibilização das estratégias de ensino e pelo compromisso com a aprendizagem de todos.

Por fim, destaca-se a necessidade de formação continuada dos professores, de modo a possibilitar uma atuação crítica e reflexiva frente aos desafios da inclusão. Somente a partir de uma mudança de olhar será possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico.** Campinas: Unicamp, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.